

Confusão na regulamentação de outdoors causa prejuízo

Os candidatos que espalharam outdoors pela cidade, antes da regulamentação do TRE, sofreram altos prejuízos com as medidas tomadas pelo juiz Carlos Augusto de Faria. Isto porque, a princípio, o juiz deu um prazo de 72 horas para que os cartazes fossem retirados — ele se esgotavam amanhã —, logo depois, voltou atrás e liberou-os, em função de liminar concedida pelo juiz Hermenegildo Fernandes Gonçalves.

A maioria dos outdoors dos candidatos já tinha sido inutilizada pelo pessoal dos comitês eleitorais, para cumprir a determinação judicial. Uns cartazes foram simplesmente retirados, outros inutilizados com tinta de várias cores, que variavam do vermelho e preto — a exemplo dos cartazes do candidato do PMDB à Câmara dos Deputados, Francisco Carneiro —, ao amarelo e laranja.

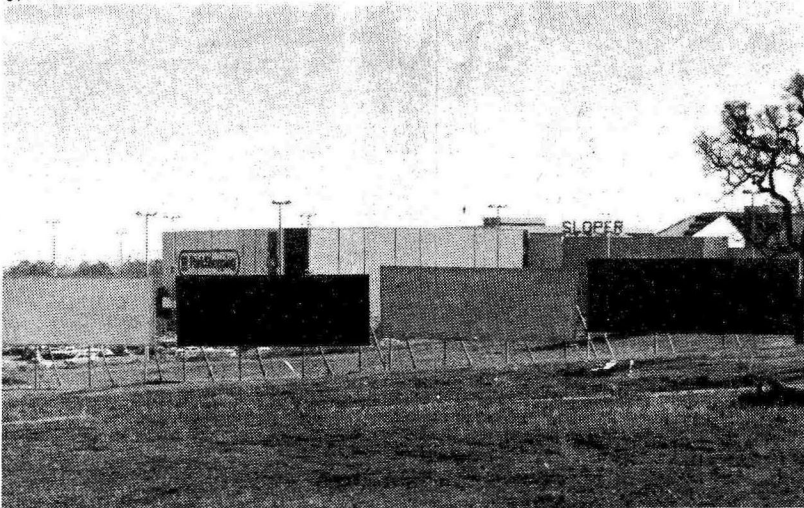
Unanimidade

Do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao Partido da Frente Liberal (PFL), todos os concorrentes às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram unânimes em considerar exorbitante a decisão do juiz Carlos Augusto Machado de Faria. "A Lei já contém muitas restrições à propaganda eleitoral e, ademais, o juiz é tão somente um aplicador; da lei e não um legislador", assegurou, ontem, o presidente do PSB, Luiz Manzollilo.

Já o candidato do PFL ao Senado, Osório Adriano Filho, recebeu com entusiasmo a notícia de que a questão dos outdoors tinha ganho nova interpretação judicial, sendo liberado por força de liminar, até o julgamento do mandado de segurança impetrado pelo PMDB.

Na opinião do candidato a deputado federal por Brasília, Paulo Xavier, se a colocação de outdoors não for regulamentada, de forma a dar condições para que todos os candidatos possam participar, o poder econômico vai imperar nas primeiras eleições proporcionais da cidade. "Brasília não teve, ainda, a escola da liberdade, que é o

J. Franca.



Agora, muitos políticos terão que fazer novos outdoors

voto", afirma o deputado.

O candidato a suplente de senador, pelo PFL e ex-administrador de Planaltina, Salviano Guimarães Borges, opinou que para as próximas eleições, as instruções sejam baixadas com um mínimo de um ano de antecedência, a fim de que os candidatos conheçam melhor as regras do jogo político.

Prejuízo eleitoral

Para Osório Adriano Filho, a população brasileira também está sofrendo prejuízos com as restrições impostas à propaganda eleitoral na cidade, pela Justiça Eleitoral. "A 83 dias das eleições, o índice de indecisos no Plano Piloto, por exemplo, atinge acirra de 85%. Isto se deve, não só ao fato de a cidade estar passando por sua primeira eleição parlamentar, como também porque a maioria dos eleitores desconhece as pessoas que concorrem ao pleito de 15 de novembro", afirmou o presidente do PFL do Distrito Federal.

Para ele, a justificativa de coibir o abuso do poder econômico não tem consistência, já que os candidatos ficam sem oportunidade de tornarem-se conhecidos do povo e de apresentar suas plataformas políticas, em função das restrições impostas pela Justiça Eleitoral. Adriano argumentou que é necessário que o TRE regulamente o uso dos cilindros colocados pelo GDF, para a fixação da propaganda política, a fim de evitar a superposição de cartazes, como vem ocorrendo atualmente.

Em sua opinião, o TRE está dificultado o contato dos candidatos com os eleitores, já que Brasília não tem tradição política e é necessário que o povo conheça melhor os concorrentes à Assembleia Nacional Constituinte, para que possa escolher, com segurança, seus legítimos representantes ao Congresso nacional. "É louvável a decisão do juiz que resolveu reexaminar a questão dos outdoors, bem como a das entrevistas com os candidatos", concluiu.